

**Conselho Económico e Social****União Africana**

E/ECA/COE/36/Inf/1  
AU/STC/FMEPI/EXP/Info.1(III)  
Distr.: General  
29 de Dezembro de 2016

Original: Inglês

**Comissão Económica para África  
Comité de Peritos  
Trigésima Sexta Reunião**

**União Africana  
Comité de Peritos  
Terceira Reunião**

**Décima Reunião Conjunta do Comité  
Técnico Especializado da União Africana  
de Finanças, Assuntos Monetários,  
Planeamento e Integração e da Conferência  
da Comissão Económica para África dos  
Ministros Africanos das Finanças,  
Planeamento Económico e  
Desenvolvimento Económico  
Reunião do Comité Conjunto de Peritos  
23-28 de Março de 2017  
Dakar - Senegal**

### **Nota Conceptual**

#### **I. Introdução e contexto**

1. África alcançou um crescimento económico impressionante nos últimos 15 anos. A média de crescimento do produto interno bruto (PIB) real aumentou de quase zero nos anos 1980 e 1990 para uma percentagem de 4,5 anuais entre 2001 e 2014, com grandes variações entre os países. Desde então, o crescimento tem sido moderado, visto que a queda de preços dos produtos nos últimos anos coloca estrangimentos severos sobre muitas das grandes economias do continente. Mesmo assim, muitos países continuam a registar crescimento em excesso de 5 por cento e até mais elevado, sobretudo com os investimentos infraestruturais em curso e um forte consumo privado.

2. O período de crescimento sustentado em África tem sido acompanhado de elevada desigualdade de renda. Dos 10 principais países mais desiguais do mundo, 7 encontram-se em África. Embora os países africanos tenham logrado progressos estáveis com avanços na educação, saúde e padrões de vida, o ritmo do progresso é moroso e dificultado por elevados níveis de desigualdade de renda que, por seu turno, enfraquecem o impacto do crescimento sobre a redução da pobreza e limitam as oportunidades de trabalho.

3. África é um continente jovem. Mais de 60 por cento do total da população compreende a faixa etária dos 25 anos e metade da população em 15 países é abaixo dos 18 anos de idade. África tem mais pessoas com idades inferiores a 20 anos do que o resto do mundo. Em 2015, a população jovem de África (entre 15-24 anos) perfazia 226 milhões, correspondendo a cerca de 19 por cento da população jovem mundial. Espera-se que venha a redobrar até 2050. Na qualidade de região mais jovem do mundo, África albergará 38 dos 40 países mais jovens em 2050, com uma população média abaixo dos 25 anos de idade. Esta protuberância juvenil pode ser uma grande mais-valia e oferecer uma oportunidade para mobilizar este reservatório da capacidade humana em prol da transformação económica e social. Os países com uma população trabalhadora em crescimento podem beneficiar potencialmente do aumento da produtividade, através de grandes poupanças, investimentos e crescimento económico geral. Alternativamente, a protuberância juvenil pode ser uma fonte de instabilidade se o continente não aproveitar o potencial da juventude, através da concepção e implementação de políticas que desbloqueiam as novas oportunidades económicas.

4. O crescimento económico é uma condição para a criação de empregos e o emprego é o caminho de saída da pobreza. O crescimento económico vivenciado desde a viragem do século não criou o número de empregos condignos e de boa qualidade, necessários para absorver mais de 10 milhões de jovens que se juntam à força de trabalho a cada ano. Além disso, a maioria da força de trabalho do continente, particularmente mulheres e jovens, permanece retida na economia informal e no sector rural que sofre baixos níveis de produtividade, rendas e protecção social, se houver alguma.

5. Há uma necessidade imperiosa de os países africanos adoptarem estratégias coerentes e planos nacionais de desenvolvimento que promovem a transformação estrutural e abordam os desafios do crescimento, desigualdade e desemprego, no âmbito da Agenda 2063 da União Africana e da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030.

6. A Reunião Anual Conjunta do Comité Técnico Especializado da União Africana de Finanças, Assuntos Monetários, Planeamento Económico e Integração e a Conferência da Comissão Económica para África dos Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico (ambas conhecidas como Conferência dos Ministros), proporciona uma plataforma ideal para o diálogo político de alto nível designado a abordar estes desafios.

7. A Conferência dos Ministros é o fórum principal e estatutário no continente para debater questões concernentes ao desenvolvimento de África. A Conferência dos Ministros de 2017 subordinada ao tema “Crescimento desigualdade e desemprego” fundamenta-se sobre a compreensão de que a redução sustentada dos níveis de desigualdade requer uma inteligência holística a respeito das questões para a formulação de políticas integrada.

8. A Conferência dos Ministros de 2017 irá proporcionar uma plataforma para diálogo e troca de experiências sobre o tema, através do engajamento dos peritos de alto nível e outros intervenientes, incluindo Estados-membros, mundo académico, sociedade civil e agências no sistema das Nações Unidas. A Conferência irá:

- (a) Desenvolver uma compreensão acerca das fontes de crescimento, dos impulsionadores da desigualdade e da necessidade de um quadro comum para de forma eficaz, abordar as causas sistémicas e a persistência das desigualdades entre e no seio dos países;
- (b) Explorar o elo entre crescimento e desigualdade e os vários canais económicos, sociais e políticos inter-relacionados, através dos quais as desigualdades afectam o processo de crescimento;
- (c) Reafirmar a centralidade do emprego condigno à tarefa de reduzir a desigualdade e a pobreza;
- (d) Considerar métodos e acções políticas para abordar as desigualdades e encontrar formas para o crescimento inclusivo e criador de empregos, através do envolvimento dos representantes do sector privado, das organizações da sociedade civil, grupos de reflexão, mundo académico e instituições de pesquisa, bem como outros intervenientes para efeitos de troca de conhecimento e de experiências;
- (e) Conscientizar todos os intervenientes de que as desigualdades só podem ser reduzidas através de acções abrangentes e multidimensionais que requerem um quadro institucional global dedicado e forte para concretizar as aspirações da Agenda 2063 e alcançar os objectivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;
- (f) Identificar formas para melhorar as capacidades nacionais e fortalecer as instituições em todos os níveis, a fim de apoiar a redução da desigualdade e a revisão do progresso em todos os níveis, inclusivamente, através do uso de dados desagregados;
- (g) Prestar recomendações políticas para a concepção e implementação de estratégias apropriadas de emprego em África, através do aproveitamento dos mercados de trabalho resilientes, para garantir que os benefícios do crescimento são vastamente partilhados entre todos os africanos.

9. O debate sobre onexo de casualidade entre o crescimento, o emprego e a pobreza, não é novo no continente. Os Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico convergiram a atenção para a

questão do aumento de empregos, tendo em vista melhorar o desenvolvimento económico. A Declaração de Ouagadougou adoptada pela Cimeira Extraordinária da União Africana, realizada em Setembro de 2004, sobre emprego e redução da pobreza, colocou o emprego no centro das políticas e programas de desenvolvimento em África, ressaltando o papel decisivo do emprego na redução da pobreza e, tendo reconhecido que a “pobreza generalizada, o desemprego e o subemprego comprometem os direitos humanos básicos e a dignidade de indivíduos e comunidades afectadas e, que os mesmos constituem uma ameaça para a estabilidade social, económica e política”.

10. A CEA elaborou um documento temático subordinado ao tema “Resposta ao Desafio dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio” para a Conferência dos Ministros realizada em Abuja, em 2005, o qual enfatizou o papel do emprego na concretização dos objectivos internacionalmente acordados. A publicação do seu *Relatório Económico sobre África de 2005* subordinado ao tema “Resposta aos desafios do desemprego e pobreza em África” foi seguido das deliberações da Conferência dos Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico em 2006. As cimeiras da União Africana de 2004 a 2008 também contribuíram para os debates, sublinhando a importância da questão no âmbito do desenvolvimento de África.

11. Desde 2010, as publicações subsequentes das edições do *Relatório Económico sobre África* têm focalizado sobre a promoção do crescimento económico em África, através da transformação estrutural e do avanço rumo à industrialização. O relatório de 2010 (sobre a “Promoção do crescimento sustentável de alto nível para reduzir o desemprego em África”) surgiu como motivo convincente para apontar o desemprego nos planos de desenvolvimento a longo prazo, a fim de possibilitar os países a traçarem caminhos de crescimento elevado, sustentável e favorável ao emprego. Tais planos devem ser apoiados por estratégia e políticas dos mercados industriais e de trabalho que colmatem a lacuna infraestrutural, invistam nas pessoas e melhorem a governação. A subsequente Conferência dos Ministros de 2010 realizada em Malawi sublinhou a necessidade de promover o crescimento alargado e sustentável para afeitos de geração de empregos e erradicação da pobreza. A maioria dos países africanos adoptou os seus próprios mecanismos para diversificar as suas economias.

12. O tema da Conferência de 2017 transcende o enfoque sectorial sobre o emprego e visa abordar a questão de forma holística, incorporando-o num grande debate sobre a natureza do crescimento económico e do seu papel na redução da pobreza e da desigualdade. O tema é apoiado pelo reconhecimento de que a desigualdade é um dos desafios sociais económicos e políticos mais prementes da nossa era. A questão da provisão de oportunidades de emprego é vista através de uma lente “demográfica”. O acesso aos dados fiáveis é considerado como central para a definição de políticas baseadas em evidência e monitorização do progresso.

13. A Conferência de 2017 oferece a oportunidade para chamar a atenção à necessidade de forjar uma sociedade socialmente coesa em África, no quadro da Agenda 2063 e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Os

participantes serão capazes de debater as questões interrelacionadas de crescimento económico, desigualdade e desemprego, de forma a traçar estratégias apropriadas para melhorar o crescimento inclusivo e promover o emprego, especialmente entre a juventude e mulheres. A Conferência irá igualmente explorar medidas para reduzir a desigualdade e a pobreza extrema no continente e alcançar as metas da Agenda 2030 e do plano decenal (2014-2023) para a implementação da Agenda 2063. Em particular, os participantes irão abordar as seguintes questões temáticas:

- Estratégias para o crescimento sustentado, sustentável e inclusivo;
- Prioridades para abordar as desigualdades a nível nacional e regional;
- Abordagens em termos de políticas para a promoção do emprego sustentável e inclusivo, através de um papel forte do sector privado e dos mercados de trabalho resilientes;
- Fortalecimento da cadeia de valores de dados para uma melhor concepção de políticas e monitorização da implementação, a fim de reduzir as desigualdades.

## **II. Objectivos da Conferência dos Ministros**

14. Serão objectivos específicos os seguintes:

- Proporcionar perspicácia sobre a necessidade dos Estados-membros designar e implementar um quadro coerente para encorajar o crescimento inclusivo, reduzir as desigualdades de renda e de género, promover empregos condignos, especialmente entre a juventude, de forma a alcançar as metas mutuamente complementares e reforçáveis da Agenda 2063 e o seu primeiro plano de implementação decenal e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;
- Proporcionar orientação sobre mecanismos de envergadura continental e nacional para a elaboração do quadro, tendo em vista contribuir coerentemente para a concretização da Agenda 2063 e dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

## **III. Temas de debate e questões para a promoção do crescimento, igualdade e emprego**

15. A reunião irá deliberar sobre as seguintes quatro áreas temáticas:

### **A. Estratégias para o crescimento sustentável e inclusivo**

16. O crescimento é necessário, contudo não é uma condição suficiente para o desenvolvimento abrangente, alargando o âmbito para que os indivíduos sejam produtivos e criativos. O crescimento deve ser sustentável e inclusivo - implicando que é alargado em todos os sectores e que os seus benefícios são partilhados por uma grande proporção da população. O padrão distribucional de crescimento é de particular importância para a sua sustentabilidade, especialmente nos países com níveis de desigualdade já elevados.

17. África exibiu um crescimento económico forte desde meados dos anos 1990. O crescimento do PIB em todo o continente foi em média de 4,3 por cento anuais, ou uma percentagem de 3 pontos mais elevados do que as últimas duas décadas. Há uma série de aspectos característicos do padrão de crescimento de África:

- **O crescimento na região não foi conduzido apenas pelos produtos.** Muitos países na região que não são dependentes de produtos, também foram capazes de alcançar rápido crescimento. De facto, 8 dos 12 países de maior crescimento na região no período 1995-2010 foram economias não dependentes de recursos;
- **Os países na região estão a crescer a ritmos divergentes** – alguns estão a crescer mais rápidos que outros. Dentre os 20 países com maior crescimento, excluindo os exportadores de petróleo, o crescimento do PIB registou uma média de 5,8 por cento por duas décadas e as rendas reais por pessoa aumentaram mais do que o dobro. Contudo, noutros países, o crescimento foi mais lento e em oito países, a renda por pessoa, de facto, registou declínio;
- **A perspectiva de crescimento apresenta-se muito menos promissora em termos per capita.** A taxa de crescimento anual do PIB per capita em constante [20,05] dólares norte-americanos para 37 países em África além da África do Norte foi de 3.1 por cento em 2000-2010, baixando para 1,95 por cento em 2010-2012, muito abaixo das taxas do PIB relatadas anteriormente;
- **O crescimento económico não conduziu a qualquer declínio significativo em termos de pobreza.** Os países em África lograram o mínimo de progresso entre todas as regiões em desenvolvimento rumo à redução da pobreza extrema. A percentagem de pessoas que vive abaixo do limiar internacional da pobreza de 1,90 \$EU diários em África, além da África do Norte (41 por cento), é quase três vezes mais elevada do que qualquer outra região (tal com a Ásia com 15 por cento). Vários factores como a desigualdade inicial, o padrão distribucional de crescimento e a composição da despesa pública, influenciam o efeito do crescimento sobre a redução da pobreza.

18. Uma reavaliação do desempenho do crescimento africano durante a última década sublinha o papel central da estabilidade microeconómica na estimulação

da transformação económica. A este respeito, há um consenso crescente sobre a necessidade imperiosa de os países africanos encorajarem a diversificação económica e fortalecerem a resiliência continental aos choques adversos tais como o declínio no preço dos produtos e as alterações climáticas. Um enfoque especial deve ser colocado sobre a industrialização e integração na economia baseada no conhecimento, como meio para sustentar o desempenho do crescimento de África a longo prazo.

19. O crescimento económico não é suficiente. A natureza desse crescimento é importante e a transformação estrutural deve estar no centro dos planos de desenvolvimento de forma a aumentar a produtividade, criar novos empregos, reduzir a pobreza e alcançar um crescimento elevado da economia. Não se pode presumir que o crescimento irá traduzir-se em melhorias generalizadas nos resultados finais. Os governos podem intervir no sentido de reduzir a pobreza, e deliberar sobre políticas necessárias para alcançar o crescimento inclusivo, criar novos empregos e reduzir as desigualdades.

20. O encorajamento da transformação económica em África para o crescimento sustentável e inclusivo requer a definição de um contexto continental e de quadros políticos otimizados, capacidades humanas e instituições resilientes adaptadas aos imperativos da transformação estrutural. Estes podem ser apoiados pela implementação de políticas em cinco áreas fundamentais: estabilidade política e macroeconómica; quadros de políticas, capacidades e instituições humanas; industrialização (diversificação económica) através do apoio para o crescimento baseado no conhecimento; financiamento sustentável através do financiamento para o desenvolvimento e funcionamento eficaz das instituições financeiras; e governação eficaz.

#### ***Questões para debate:***

- Quais estratégias, acções complementares e arranjos institucionais são necessários para sustentar o quantum e a qualidade do ímpeto do crescimento alcançado pelos países africanos?
- Que factores contribuem para o facto de alguns países demonstrarem um crescimento mais forte que outros?
- O que é que os decisores políticos podem fazer para melhor redistribuir os benefícios do crescimento?
- Quais são os relacionamentos entre o crescimento as desigualdades regionais? Como podemos abordar a desigualdade transnacional através da integração económica regional?
- Quais são os impactos das despesas governamentais sobre o crescimento económico e as opções disponíveis para financiar o crescimento económico favorável ao emprego?

#### **B. Prioridades para abordar as desigualdades a nível nacional e regional**

21. A desigualdade é presentemente uma característica fulcral do discurso do desenvolvimento mundial, havendo um reconhecimento crescente da importância da sua redução. Mesmo que a natureza definida e a importância relativa das causas do aumento da desigualdade e rendas estagnadas permaneçam em debate, surgiu um consenso geográfico e ideologicamente diverso de que é necessário um é novo, ou pelo menos significativamente melhorado modelo de crescimento para abordar os vários tipos de desigualdades.

22. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reconhece a desigualdade como um desafio fundamental e visa facultar uma visão de um futuro comum com igualdade e oportunidades para todos. A abordagem das desigualdades é instrumental para o sucesso da implementação da Agenda 2030, que é, em grande medida, uma “Agenda em prol da igualdade”.

23. Apesar do crescimento relativamente elevado nos últimos anos, de modo geral, a desigualdade do consumo em África aparenta permanecer vastamente inalterada. O rápido crescimento na região promoveu a renda per capita e os índices de pobreza baixaram, embora, lentamente. Entretanto, grandes disparidades de renda entre a população continuam e, até mesmo aumentaram em vários países, tornando as rendas na região as mais desiguais no mundo após a América Latina e as Caraíbas, embora que haja um pouco de variação a nível dos países. Países como Lesoto, Níger e Sierra Leone, vivenciaram declínios em termos de desigualdade de rendas. Todavia, durante o período 1995-2011, a desigualdade aumentou num quarto de países cujos dados não se encontram disponíveis.

24. Em média, o anterior padrão de crescimento em África esteve longe de ser inclusivo. A desigualdade do consumo aumentou concomitantemente com o crescimento do PIB em quase metade dos países nos últimos 20 anos, embora que nalguns, onde houve declínio, a desigualdade inicial era elevada. Logo, ambos os padrões de crescimento (ou seja, a sua composição) e o ritmo de crescimento são importantes. Quando o crescimento ocorre em sectores caracterizados por uma concentração elevada de activos e capital e, intensidade - tal como mineração, finanças, seguro, mercado imobiliário e o sector público - de modo geral, a desigualdade aumenta. Em contraste, a desigualdade diminui ou permanece estável, caso o crescimento ocorrer no domínio da manufacturação de trabalho intensivo, construção e agricultura.

25. Isto poderá explicar o ritmo lento da redução da pobreza no continente nesse período, visto que a capacidade de resposta da redução da pobreza ao crescimento depende grandemente no nível de desigualdade de renda dos países. Os níveis elevados de desigualdade tipicamente implicam um fraco impacto do crescimento económico sobre a redução da pobreza, visto que, quanto mais desigual a distribuição da renda, mais baixa a porção da renda que é atribuída ao pobre e, por conseguinte, mais pequeno é o efeito de redução da pobreza. Fundamentalmente, uma distribuição desigual elevada de renda muitas vezes reflecte uma economia polarizada, onde o crescimento económico tem uma base estreita, com fracas conexões para o resto da economia.



26. Há uma evidência crescente de que a desigualdade de renda dificulta o crescimento. A desigualdade de renda líquida tem sido robustamente associada ao crescimento mais rápido e períodos mais longos de crescimento para um grande número de países avançados e em desenvolvimento. De modo similar, os aumentos na porção da renda dos 10 por cento dos mais pobres têm sido associados com o crescimento mais elevado.

### ***Desigualdades horizontais e espaciais***

27. O debate sobre a desigualdade é focalizado na desigualdade de renda, visto que a maioria das provas disponíveis incidem sobre a renda e o consumo familiar. No entanto, a desigualdade é multidimensional. As desigualdades entre grupos sociais, muitas referidas como desigualdades horizontais, prejudicam sistematicamente grupos específicos de pessoas com base no género, raça, origem paternal, ou local de nascimento. Estas desigualdades baseadas em características “imputáveis” além do controlo de um indivíduo e contrárias aos princípios dos direitos humanos, exercem efeitos perniciosos sobre os resultados societários que afectam as oportunidades dos diferentes grupos e os resultados de que são capazes de alcançar, criando, muitas vezes, condições para a instabilidade social e até mesmo conflito. As desigualdades também são espaciais, quando manifestadas pelas disparidades urbano-rurais ou regionais no acesso aos serviços sociais e económicos. Onde as desigualdades horizontais intersectam-se com as desigualdades espaciais, o potencial de instabilidade social é intensificado.

### ***Desigualdade de género***

28. A igualdade de género está no centro da redução das desigualdades económicas, sociais e políticas. O acesso diferencial às oportunidades é a fonte principal da desigualdade de género. Apesar do progresso considerável rumo à concretização da paridade do género no acesso ao ensino, permanecem lacunas significativas relativas ao género. A desigualdade no ensino afecta a qualidade média do capital humano e reduz o crescimento. A educação feminina contribui para melhorias na saúde das crianças, reduções nos índices de fertilidade e aumentos nos níveis de participação da força de trabalho e, melhora a qualidade do capital humano nas gerações futuras. As restrições sobre os direitos de herança e de propriedades da mulher, bem como os obstáculos culturais para realizar actividades económicas, são fortemente associados às grandes diferenças de género na participação da força de trabalho. De modo geral, as diferenças de género na participação económica resultam em grandes danos em todos os países a todos os níveis de renda, de uma distribuição menos eficaz dos recursos devido um conjunto restrito de talentos.

29. Apesar do progresso significativo quanto ao encorajamento da inclusão, muitos grupos, incluindo os indígenas, pessoas com deficiência e a juventude, continuam a ser marginalizados e, em grande medida, excluídos dos principais processos de tomada de decisão. As necessidades das mulheres e raparigas, bem como as dos grupos vulneráveis na sociedade precisam de ser mais visíveis, com melhor acesso aos serviços públicos básicos e participação nos

processos de tomada de decisões políticas. Países como Uganda estão a envidar esforços concertados a este respeito e a garantir que as necessidades das raparigas e mulheres são integradas nos processos de formulação de políticas. O Ruanda possui a maior proporção de mulheres parlamentares.

30. As desigualdades crescentes são, em parte, atribuíveis à falta de atenção às desigualdades económicas e sociais nas intervenções políticas. A experiência global indica que as desigualdades não se autocorrigem, antes, perpetuam e reproduzem-se ao longo de gerações. Os esforços voltados a abordar a pobreza extrema, a promoção do desenvolvimento socioeconómico e a salvaguarda dos interesses das gerações futuras, devem abordar as desigualdades de forma directa.

**Questões para debate:**

- Quais são os desafios que os decisores políticos a nível nacionais enfrentam ao abordar as diferentes desigualdades, sobretudo as desigualdades de género e horizontais?
- Quais são as compensações entre o crescimento, a desigualdade e a redistribuição que precisam ser geridas pelos Estados-membros de forma a garantir uma agenda inclusiva e sustentável?
- Quais ferramentas políticas os países aplicaram com sucesso para reduzir as desigualdades enquanto que encorajam o crescimento económico? Que lições podem ser aprendidas das suas experiências?
- Qual é o papel das despesas governamentais sobre as infra-estruturas sociais (tais como educação, saúde e segurança social) e outras políticas orçamentais na redução das desigualdades?
- Os impulsionadores da desigualdade são diferentes em todos os países? Quais as políticas e programas que são relevantes para grupos específicos dos países em África (tais como os que são dependentes de recursos, dependentes de ajuda, emergentes, pós-conflito e frágeis)?

**C. Abordagens políticas para a promoção do emprego sustentável e inclusivo**

31. Ao contrário das percepções populares, o desemprego medido nos países de baixa renda em África é de apenas 3 por cento. Mesmo nos países de baixa-média renda, o nível de desemprego é muito baixo. Na Etiópia, Gana, Uganda e República Unida da Tanzânia, por exemplo, o desemprego ronda entre 1-5 por cento. Todavia, o desemprego é elevado na África austral e norte, onde há mercados de trabalho devidamente estruturados e sectores formais vastos.

32. Por outro lado, o emprego vulnerável e mal remunerado no sector informal e na agricultura de pequeno porte predominam na maioria dos países de baixa renda que coexistem com níveis elevados de pobreza laboral. Isto deve-se às baixas rendas familiares, seguros de desemprego inexistentes ou limitados e redes de protecção, sendo poucos os africanos que podem dar-se o luxo de permanecer desempregados por qualquer período de tempo.

33. Os países de baixa renda tendem a ter um vasto sector informal e, quase todo o emprego “é vulnerável”. A OIT estima que três entre quatro empregos em África, excluindo a África do Norte, podem ser classificados como “vulneráveis” visto que os trabalhadores trabalham por conta própria ou como trabalhadores familiares não-remunerados. Há uma visível relação inversa entre a dimensão do emprego vulnerável e um PIB per capita. O emprego de baixa qualidade na maioria da região é igualmente reflectido na porção elevada de trabalhadores pobres no total de empregos. Em 2011, mais de 80 por cento dos trabalhadores em África foram considerados como trabalhadores pobres, em comparação com a média mundial de 39 por cento.

34. O desafio do emprego em África é inextricavelmente vinculado aos factores demográficos. África registou a taxa mais elevada de crescimento anual da população entre as principais áreas em 2010-2015, ou seja, mais de 2,5 por cento. A maior mudança na demografia de África é o aumento da população com idade de trabalho. As tendências actuais demonstram que África detém a população com idade de trabalho que mais cresce. Entre 1960 e 2010, a população com idade de trabalho de África (15-64 anos) foi estimada de ter mais do que quadruplicado, de 154 milhões para cerca de 650 milhões e, continuará a crescer nos próximos quarenta anos. **Até 2050, cerca de 60 por cento da população em África atingirá o grupo com idade de trabalho e, um em cada quatro trabalhadores no mundo em 2050 será africano.**

35. A juventude sofre particularmente de pobre acesso às oportunidades de emprego. A juventude constituiu cerca de 35 por cento da população com idade de trabalho em África em 2015, contudo, três terços do total é desempregado. Na maioria dos países, o índice de desemprego da juventude é mais do que o dobro dos adultos. A taxa média de desemprego da juventude é de cerca de 30 por cento na África do Norte, em comparação com a taxa média mundial de 14 por cento. A aceleração do crescimento presenciada nos últimos anos ainda não traduziu em empregos inclusivos e equitativos, especialmente para a juventude. Existem alguns “bons empregos” que oferecem emprego seguro, e protecção social e grande parte da juventude e mulheres trabalham informalmente por conta própria ou como trabalhadores familiares não-remunerados.

36. O conhecimento é um impulsionador fundamental do crescimento. O acesso às competências melhora fortemente as oportunidades de emprego na maioria dos países. As taxas de conclusão do ensino primário aumentaram significativamente na maioria dos países, embora que a qualidade do ensino permaneça um constrangimento sério na preparação da juventude para o emprego. É imperioso aumentar a qualidade do ensino em todos os níveis, de modo a melhorar a qualidade do pessoal que inicia no mercado de trabalho.

37. O sector privado é um importante impulsionador do crescimento inclusivo e sustentável, transformação económica e do desenvolvimento geral de África. De acordo com estatísticas recentes, o sector privado é responsável por 70 por cento da produção do continente, 70 por cento dos investimentos e 90 por cento dos empregos. Algumas vezes, quando os países procuram por novas fontes de crescimento económico para consolidar os ganhos da última década com enfoque sobre o sector privado, é mais do que nunca importante para a criação de empregos condignos e mudar o mercado de trabalho de sectores de baixa produtividade para os de alta produtividade.

38. Uma abordagem holística ao mercado de trabalho para promover o desenvolvimento do sector privado através de um sistema educacional optimizado pode ajudar a identificar políticas que irão encorajar a criação de empregos condignos. As reformas nessas áreas serão de fulcral importância para o engrandecimento das oportunidades oferecidas para as mulheres e jovens. Tendo em conta que o nível de desemprego em África é inaceitavelmente elevado, os Estados-membros devem procurar munir os jovens de competências necessárias para os sectores formal e informal, incluindo competências para criar pequenos negócios, simultaneamente, oferecendo financiamento e apoio para a aprendizagem de habilidades empresariais, sobretudo as empresas emergentes para mulheres e jovens. O investimento nas competências é importante, visto que irá contribuir para a inovação através de empresas emergentes que deveriam estar no centro das estratégias governamentais. Isto irá contribuir significativamente para a produção de novos produtos e serviços intensivos em termos de conhecimento, que por sua vez são essenciais para sustentar o crescimento a médio e longo prazo.

39. O sector privado oferece grandes oportunidades que podem possibilitar o continente a converter o seu perfil demográfico num dividendo demográfico através do desenvolvimento industrial. A este respeito, a Conferência procurará identificar e definir áreas de intervenção estratégica para a participação e engajamento efectivo do sector privado na transformação económica de África, através da criação de um ambiente empresarial favorável ao desenvolvimento do sector privado; o empoderamento da juventude, da mulher e do empresariado; melhor acesso a produtos financeiros tais como poupança, crédito e seguros, pelas pessoas que estão na parte inferior da escola económica; envolvimento catalisador do sector privado, tendo em vista o seu desenvolvimento e fortalecimento dos regulamentos e instituições do mercado de trabalho.

***Questões para debate:***

- Quais os passos que podem ser dados para formular uma abordagem multidisciplinar designada a tratar a questão do desemprego em particular que afecta a juventude e mulheres? Como se pode dar prioridade aos mesmos?
- Como é que a qualidade do ensino pode ser elevada nos Estados-membros, de forma a munir a juventude com as competências necessárias pelo sector privado e o mercado de trabalho? Qual é o

papel da formação técnico-profissional no sistema educacional de África?

- Como é que o mandato da Visão de Mineração de África pode ser implementado para promover a criação de empregos através de investimentos nos sectores conexos estreitamente relacionados com o sector mineiro?
- Quais as políticas que os Estados-membros precisam adoptar para encorajar o desenvolvimento sólido do sector privado para a criação de empregos inclusivos e produtivos, especialmente para a juventude? Como é que as parcerias público-privadas podem ser melhoradas?
- Quais políticas são necessárias para edificar mercados de trabalho fortes e resilientes em África?
- Quais reformas são necessárias para promover o crescimento e a criação de empregos? Quais as experiências relativas à coordenação de políticas monetárias e fiscais em tempos de crises ou de grandes quedas dos preços de produtos a nível mundial?

#### **D. Fortalecimento dos sistemas de dados em prol de melhores políticas que visam reduzir as desigualdades**

40. A produção de estatísticas económicas em África melhorou nos últimos 20 anos. Tem havido mais inquéritos às famílias; mais países participaram em rodas de censos decenais e mais países têm actualizado os seus anos-base do PIB. Dados sobre aspectos não monetários também encontram-se disponíveis e, existem cada vez mais dados desagregados sobre género atinentes à saúde, violência e questões relacionadas com empoderamento. Tais dados são de grande utilidade e contribuem para a melhorar a nossa compreensão a respeito das complexidades e interligações entre as diferentes variáveis.

41. Todavia, nem sempre os dados encontram-se disponíveis de forma fácil e acessível e, para tal, não podem ser utilizados como contributos para as actividades económicas e para a geração de empregos. As novas agendas de desenvolvimento preveem um ambiente no qual os governos, as organizações da sociedade civil, os parceiros de desenvolvimento e acima de tudo os cidadãos, todos participam na implementação de serviços para melhorar as suas vidas. Isto requer que todos os intervenientes tenham acesso aos dados extraídos de várias fontes.

42. O princípio de dados abertos é uma das mais importantes abordagens para disponibilizar os dados às várias comunidades de usuários. Os benefícios dos dados abertos foram documentados e incluem encorajamento do crescimento económico e a criação de empregos; edificação de uma sociedade transparente que melhore a responsabilização; partilha de dados interdepartamental; envolvimento dos cidadãos e do eleitorado na

implementação dos serviços; e serviços inovadores e oportunidades concomitantes para empresas e desenvolvimento económico.

43. As iniciativas nacionais de dados abertos estão a adoptar o “ecossistema de dados”, sendo que as estatísticas oficiais constituem uma componente importante, se não indispensável. Todavia, o movimento de dados abertos ainda está em vias de desenvolvimento em África e grande parte das actividades estão a ser dirigidas por organizações internacionais. Ademais, os gabinetes nacionais de estatística não têm estado activamente envolvidos e quando estão, o seu envolvimento tem sido bastante selectivo. A consequência é que apesar do progresso notável alcançado pelos países africanos e na produção e disseminação de estatística na última década, os dados ainda não se encontram prontamente disponíveis.

44. Embora continuem os esforços no sentido de fortalecer a capacidade dos países africanos para recolher mais dados e melhorar a sua qualidade, os dados existentes devem ser disponibilizados através de serviços de dados abertos, a fim de causar um impacto imediato sobre a economia.

***Questões para debate:***

- O que deve ser feito para garantir que a abertura de estatísticas e dados oficiais não comprometem os princípios fundamentais das Nações Unidas que regem as estatísticas oficiais, incluindo a manutenção da privacidade e confidencialidade onde necessário e apropriado?
- De que forma os gabinetes nacionais de estatística podem desempenhar as suas funções expectáveis de liderança nas iniciativas de dados abertos nos Estados-membros?
- Quais os passos que podem ser dados no sentido de tornar as estatísticas oficiais abertas e oportunas por definição nos Estados-membros?

**IV. Formato da Conferência de Ministros**

45. A Conferência de Ministros será precedida de uma reunião preparatória técnica do Comité de Peritos. O referido Comité vai analisar o tema e fazer recomendações à adopção dos Ministros. Além disso, o Comité irá rever o estado da economia e as condições sociais em África, analisar outras questões estatutárias relacionadas com o trabalho da Comissão da União Africana e do Secretariado da CEA e fazer recomendações apropriadas para análise da Conferência. Além da Conferência, haverá vários eventos sobre questões fundamentais de desenvolvimento, bem como a palestra anual Adebayo Adedeji sobre uma questão tópica de importância para o desenvolvimento africano.

46. Terão lugar as seguintes quatro principais sessões plenárias:

- (a) A primeira sessão plenária irá analisar questões concernentes à promoção do crescimento sustentado, sustentável e inclusivo;
- (b) A segunda sessão plenária irá rever os impulsionadores das desigualdades;
- (c) A terceira sessão plenária irá abordar a questão do desemprego, especialmente para a juventude e mulheres;
- (d) A quarta sessão plenária irá abordar as questões relacionadas com o fortalecimento dos sistemas de estatística nacional para de forma efectiva monitorizar o progresso sobre os indicadores relativos ao crescimento, igualdade e intervenções em matéria de empregos.

## **V. Resultados esperados**

47. Espera-se que a Conferência de Ministros resulte em:

- (a) Aprovação Ministerial das directrizes políticas e das recomendações para a elaboração de um quadro comum que visa abordar os problemas da falta de crescimento inclusivo, desigualdades e desemprego entre os Estados-membros em África;
- (b) Directrizes para a elaboração do referido quadro comum.

## **VI. Documentação**

48. A presente nota conceptual sobre o tema da Conferência de Ministros, os documentos de referência sobre os subtemas das sessões plenárias, mesas redondas e eventos paralelos, servirão de base para os debates quer ao nível dos peritos, quer ao nível ministerial.

## **VII. Participação**

49. Os participantes e os delegados incluirão ministros e representantes dos Estados-membros, Comunidades Económicas Regionais, agências das Nações Unidas, instituições financeiras pan-africanas, instituições africanas académicas e de pesquisa, parceiros de desenvolvimento e outras organizações intergovernamentais. Serão enviados convites a todos os parceiros de cooperação, organizações não governamentais e ao sector privado.

## **VIII. Informações de contacto**

50. Para mais informação a respeito da Conferência de Ministros e da sessão do Comité de Peritos, queira, contactar:

Sr<sup>a</sup>. Sandra Baffoe-Bonnie  
Secretária da Comissão  
Comissão Económica para África  
Tel: +251-11-544-3378 or  
+251-911-523-267  
Email: [SBaffoeBonnie@uneca.org](mailto:SBaffoeBonnie@uneca.org)

Sr<sup>a</sup>. Charumbira Ndinaye Sekwi  
Funcionária responsável por  
Políticas  
Departamento de Assuntos  
Económicos  
Comissão da União Africana  
Tel: +251-11-5517700  
Email: [CharumbiraN@africa-union.org](mailto:CharumbiraN@africa-union.org)